

O «Testamento de Estévão Peres» (1230). Aproximação à primeira escrita galego-portuguesa na Galiza*

JOSÉ ANTÓNIO SOUTO CABO

0. INTRODUÇÃO

Em 1230, dezasseis anos após a redacção do *Testamento de Afonso II* (cit. TA) e da denominada *Notícia de Torto*¹ (cit. NT), encontramos um terceiro testemunho do galego-português: o *Testamento de Estévão Peres*² (cit. TE) cujo manuscrito original se encontra no Fundo de pergaminhos monásticos do Arquivo da Sé de Ourense.

O documento citado vem, pois, complementar os anteriores já que é a primeira mostra do galego-português na Galiza³, reino integrado politicamente no espaço castelhano-leonês. A origem do texto pode situar-se concrectamen-

* Texto enviado a la redacción de la *Revista de Filología Románica* en enero de 1995.

¹ Trata-se dos primeiros documentos não literários redigidos em galego-português. Ambos datados de 1214, de forma precisa para o documento régio e aproximadamente no caso do segundo texto.

Este último tem sido objecto de numerosos estudos entre os quais sublinhamos o elaborado por L. F. Lindley Cintra: «Sobre o mais antigo texto português», *Boletim de Filologia*, t. XXXI (1990): 21-77.

² Como indica M. Lucas Álvarez [1991:458]: «El comienzo efectivo del uso del gallego en los documentos no debe situarse antes de 1250». Dentro das colecções já publicadas —citamos por siglas explicitadas no final—, encontramos os seguintes documentos anteriores a 1255: 1230-CD1:LXXX, 1244-DE:1, 1250-DE:2, 1251-OS:662, 1251-DE:3, 1252-DE:4, 1242 a 1252-DG:III, IV, V; 1253 a 1254-DG:VI, 1250(?) -DG:VII; 1254-DA:1(Léão). Porém, podemos falar unicamente em generalização da prática entre 1260 e 1270.

Há notícia da descoberta de dois documentos de Mogadouro (c. 1250) cuja edição Lindley Cintra preparava [Castro, 1991:187].

³ Do mesmo ano parece ser um documento procedente de Rodeiro (Pontevedra) conservado no Archivo Histórico Nacional de Madrid e publicado na *Colección de documentos históricos* do BRAG, t. I:LXXX.

A doação de Petrus Cipriaes ao mosteiro de Samos, datável em 1227, tem sido considerada um dos primeiros documentos com frases galego-portuguesas [López, 1916:89-90; Filgueira Valverde, 1980:128].

te dentro da região do Ribeiro no território de confluência dos rios Minho e Ávia, com centro na histórica vila de Ribadávia, e, portanto, ainda dentro dos antigos limites da Gallaecia Bracarense.

A «manda» de Estêvão Peres fora publicada anteriormente por Miguel Romani Martínez, em 1989, na edição da colecção diplomática do mosteiro de Osseira [OS:325]. Além da datação, 24 de Setembro de 1230, e das habituais indicações sobre a tradição do documento, um breve resumo explica o conteúdo do texto: «Estevo Pérez determina as súas derradeiras vontades. Entre elas algunhas pertencen (sic) a Oseira a través da súa igrexa de Santa María do Burgo de Ribadavia.» Por outro, lado no final do segundo volume, é apresentada uma reprodução fotográfica do mesmo⁴.

A edição não cumpriu o rigor filológico exigível para que o texto pudesse ser utilizável do ponto de vista linguístico. Isto deve-se a que juntamente com alguns consideráveis erros na leitura, não se atenderam exigências imprescindíveis, entre as quais podemos sublinhar: indicação com processo gráfico do desdobramento das abreviaturas, utilização do til de nasalidade (ali reproduzido sem qualquer indicação como *n/m*), ou eliminação de plicas sobre as vogais geminadas.

O intuito do presente trabalho consiste, pois, em estabelecer uma lição correcta de tão singular documento e, ao mesmo tempo, pô-lo em relação com as restantes primeiras mostras do nosso idioma, o que nos permitirá reflectir quer sobre o estado da língua quer sobre os ensaios de constituição da *scripta* em território galego-português⁵.

Partimos, pois, de uma consideração integradora que reconhece a unidade essencial do idioma para os dois âmbitos políticos em que a comunidade peninsular galego-portuguesa se viu cindida, na Alta Idade Média.

1. CARACTERÍSTICAS, DATA E LUGAR DE REDACÇÃO

O original conservado, como já foi dito, no Arquivo da Sé de Ourense (ACO, mon., núm. 348) não parece tratar-se de um documento definitivo uma vez que detectamos a ausência de uma parte essencial na estrutura deste tipo de textos: a *sanctio* e *corroboratio*, isto é, as cláusulas com que se ten-

⁴ Com a indicação discutível: «Ténse polo primeiro documento integramente redactado en galego.» (p. 1449). Afirmção que já fora adiantada pelo autor do prólogo, o professor Antón Santamarina Fernández, que entre os méritos da edição assinala «sacar á luz o primeiro documento coñecido ata agora escrito integramente en galego: o de 1.230 ... É unha xoia filolóxica que lle debemos ó autor.»

⁵ Dentro dos estreitos limites que os textos escritos permiten; como indicou Harri Meier: «La divergencia entre lengua escrita y lengua hablada naturalmente no es exclusiva de la actualidad, y como de la segunda no tenemos testimonios auténticos de otras épocas, sólo podemos ensayar reconstruirla hasta cierto punto» [1978:200]. Veja-se também C. de A. Maia [1992:363].

ta assegurar o cumprimento da «manda», sendo-lhe conferida validade pelo testemunho do notário e testemunhas presentes. Seria talvez, assim, como no caso da *Notícia de Torto*, um rascunho que serviu de base à versão latina definitiva⁶. Apontamento que, por causas desconhecidas, se viu preservado do apagamento e reutilização posterior.

Quanto à datação, figura de forma explícita na primeira linha do documento: na era de 1268, oito dias antes das kalendas de Outubro; o que nos leva ao dia 24 de Setembro do ano de 1230. Situação cronológica, aliás, apoiada pelo tipo de letra: a denominada minúscula diplomática (subtipo da carolina), e as soluções gráficas adoptadas.

Embora não nos seja fornecido o local exacto da sua redacção, este pode ser determinado de forma bastante precisa com a ajuda dos topónimos presentes no documento e que, salvo no caso das referências alotópicas a Santa Maria de Rocamadour, Tui e Santiago de Compostela, remetem para quatro concelhos limítrofes do noroeste ourensano (Ribadavia, Castrelo de Minho, Carvalheda de Ávia e Melom). Trata-se, na maior parte dos casos, de pequenos grupos populacionais e toponímia menor com a ajuda da qual se situam as propriedades que Estêvão Peres deixa aos seus herdeiros. Podemos supor, com certeza, que o documento tivesse sido lavrado em Ribadavia por um notário público desta vila.

2. CRITÉRIOS DE EDIÇÃO

Conscientes de nos defrontarmos com o problema crucial das línguas escritas na Idade Média, isto é, segundo Celso Cunha: «o de depreender da análise do material grafemático [...] o subsistema fonológico-fonético, dentro do diassistema do tempo, a que obedeceria o autor» [1986:641]⁷, actuamos, pois, com a maior prudência possível no momento de adoptarmos um critério de transcrição.

Existe, como é bem sabido, todo um amplo leque de possibilidades no referente às pautas de translação de documentos medievais⁸. Neste sentido, e

⁶ O que talvez se possa supor também para alguns dos textos publicados por A. Martínez de Salazar [DG] concretamente os núm. II e III datáveis, segundo o autor, entre 1242 e 1252. Poderia tratar-se de um traslado, parcial, pois, solicitado pelo convento de Osseira.

⁷ Questão que nos nossos dias suscitou grande interesse como o demonstra a ampla bibliografia que lhe diz respeito [cfr. Maia, 1986:9-17].

Veja-se também a breve mas acertada aproximação de Alberto Várvaro à problemática da scripta em *Historia, problemas y métodos de la lingüística románica*, onde afirma que: «La scripta obedece siempre a una tradición y es siempre más calculada que el habla; cualquier escriba ha pasado por una educación que le ha dado un gusto lingüístico habitualmente conservador y contrario a todo lo que es local.» [1968:230]

⁸ Sobre as pautas gerais, cfr. Commission Internationale de Diplomatique, «Normes Internationales pour l'Édition des Documents Médiévaux», *Folia Caesaraugustana*, 1:15-64.

sem pretendermos aprofundar o problema, consideramos que não se pode falar de um método único; o carácter do texto e a finalidade da edição devem ser condicionantes que determinem a solução a adoptar. Ora bem, no caso que nos ocupa pareceu lógico optar por aquela que supusesse uma «rede mais fina», de forma a não deixar escapar nenhum elemento valioso do ponto de vista escriptológico e linguístico. De acordo com o anterior, decidimos aproximar-nos da fórmula oferecida por Clarinda de A. Maia na *História do galego-português* que se revelou altamente satisfatória⁹.

Na versão que apresentamos foi respeitada a divisão em linhas do original e assinalamos, como é habitual, o desdobramento de abreviaturas pelo itálico. Utilizamos as maiúsculas nos nomes próprios de acordo com os usos actuais, prática que no texto se limita a *Ego* (2), *Stefano* (2), *In* (3), *A* (5), *Martj* (11, 16), *Johan* (19) juntamente com o *M* de *Maria* (3, 4, 14, 23, 24).

Mantém-se a pontuação do original pois considera-se desnecessária a sua modernização¹⁰. Prescindimos unicamente do ponto quando é utilizado como marca de forma abreviada.

Relativamente a aspectos paleográficos, indicar que se omitiu o ponto que sistematicamente encima o *y*. No desdobramento da forma abreviada *páá*, isto é *para a*, foram suprimidas as plicas.

Só num caso foi acrescentada uma letra que não figura no manuscrito, mas é exigida pelo sentido: [*A*]rias (26).

Por outro lado, quanto à união e separação de palavras utilizou-se o critério actual: «co» = «e o», «amina» = «a mina», etc. Respeitou-se, no entanto, a

⁹ A proposta de Ramón Lorenzo: «Normas para a edición de textos medievais galegos», publicada nas *Actes du XVIII^e Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes, Trèves, 1986*, Tübingen, 1988, vol. VI, pp. 76-85 (aplicadas na edição feita pelo A. da *Crónica Troiana* e de algum documento notarial), sendo essencialmente semelhante à citada, apresenta nas alíneas 10 e 21 aspectos discutíveis. No primeiro caso sobre a forma de desdobrar as abreviaturas, aconselhando que se faça «sen ningunha indicación gráfica» o que acarreta sérios problemas especialmente nas de tradição latina (pense-se numa forma *mon* desdobrada em *moneda*) bem como no caso dos antropónimos, amiúde abreviados, cfr. C. de A. Maia [1986:29]. O segundo critério supõe pelo contrário uma intervenção injustificada ao propugnar que «é necesaria a utilización da acentuación gráfica á moderna»; a inadequação entre um sistema acentual pensado para um modelo gráfico baseado na rigidez face à instabilidade inerente à escrita medieval levanta uma importante série de inconvenientes: a mesma palavra pode levar ou não acento segundo a configuração gráfica (v.g. *mandan/mandam*, *agua/agoa*, etc.); implicando, aliás, optar por uma solução fónica hipotética (v. g. *cantávamos/cantavamos*), o que no caso dos cultismos, particularmente os helenismos (como reconhecia o A. na *Crónica Troiana*, 1985:210), resulta muito dificultoso; somando-se a isto a impossibilidade de utilizar as plicas quando presentes no texto.

¹⁰ Surgiram na actualidade dúvidas sobre a pertinência de submeter os textos medievais à pontuação moderna [Roudil, 1978 e 1981; Ferreira, 1987:339-360]. O carácter extremadamente simples do TE obvia qualquer tipo de uso pontuacional alheio ao do manuscrito. Aliás, este, totalmente lógico, responde a um desejo de individualizar cada uma das cláusulas da *manda*, para além de ser utilizado com os numerais e as formas abreviadas (*Sca. M.^a*, *Sca. M.^a*, *Sca. M.^a*, *a mina ama. M.^a*, *J*).

grafia do documento no caso dos pronomes enclíticos que aparecem ligados ao verbo anterior: *mãdole* «mando-lhe». Da mesma maneira se mantém o artigo ligado à preposição no caso de *trala* «tras a».

3. LEITURA CRÍTICA

Além de algumas soluções sistematicamente seguidas na edição de Miguel Romaní (cfr. supra) e que divergem da nossa proposta, indico a seguir aqueles casos em que a leitura do A. não coincide com a adoptada¹¹:

Romaní	Nova proposta
quosa	quocsa (3)
Guncalvuu	Gũcalúú (9)
ea	e a (14)
cuy	Tuy (14)
Guncalvu	Gõcalúú (17)
suus	seus (18)
Vimieirus	Uimiecrus (20)
teim	teĩ (21)

TEXTO

.Era .Ma.CC^a.LX^a.VIII^a. *et octo dias ante kalendas october.*
 .Ego Stefano Petri fazu ista mãda *que* seia stauil por sêpre.
 .In prima quocsa mãdu a alma e o corpu a *Sancta Maria* do Burgu. e mã
 du os *clericos de Sancta Maria* por âniuersaria a mina uina dos
 Codesaes para a mesa dos clericos. A Petro Domĩget meu 5
 abade mandu a mina uina de Reuordauns ĩ donazũ. e mãdu a mi
 na casa do câpu *que* a uêda para as minas diuidas.—
 e mãdu a mina uina das Pias a ma quirmáá Marina
 Petri e a seus irmanus. e mãdu a Gũcalúú *Iohannis* e a filus
 de dona Scizilia a ma casa do câpu de Fũdu. e mãdu 10
 a Martj Petri todas mias vóntades de casa. e mãdu
 a Gũcalúú *Iohannis* hu meu quinũ da cortina de trala porta
 e mãdu a mia uina das arras *que* váán por min
 a *Sancta Maria de Rocamador* e a Tuj e a Sãti Yacobj.

¹¹ Todas as correcções vêm asseguradas pela leitura do original e não dependem de interpretação pessoal.

.e mãdu a mia uina *de* su a *eclesia de* Francelu e a do ri 15
geiru a meu tiu Martj Petri. e mãdole a mia leira
da Ucrôza unde me fat foro. e mãdo a Gõcalúú
Iohannis e a seus quirmaúúns hu foru *que* hec cû ilis.
e o *qui* me fat *Johan* Arias zapateiru. e mãdu a meu
tiu Stefano Petri quantu ayu ï Uimiecrus. e mã 20
dule mia vot *daquela* erdade *que* me teï os frades
de Melon forzada. e mãdo a mia erdade *de*
Paradela a mina ama *Maria* Iohannis e a sua fila
Maria Iohannis e a Ocfemea. e mãdu a mina uina
de Ual da Coua a Stefano Petri e a Fernã Petri e a 25
[A]rias Petri. e mãdu a Fernã Roderiquit quantu hei ï
Noalu.

-Linha 1, o *et* transcreve a nota tironiana.-Linha 2, *Stefano*: o *t* aparece sobre o *e*.- Linha 5, o *a* da preposição e o seguinte do artigo levam plicas (também na linha 7); a forma *dos* acha-se repetida de forma desnecessária.- Linha 6, *mandu* foi incluído na entrelinha.-Linha 8, *quirmáá*: o segundo *a* figura igualmente elevado.-Linha 11, o *i* de *mias* sobreposto.- Linha 13, a preposição *por* aparece repetida, mas riscada a segunda vez.-Linha 16-21, uma mancha de humidade dificulta a leitura de algumas palavras situadas na metade esquerda do pergaminho.-Linha 21, depois de *teï* uma letra ligada a esta palavra (<m>?) foi riscada.-Linha 22, no início da linha o escriba repetiu a última sílaba da palavra anterior *des* que aparece igualmente manchada.-Linha 23, antes de *Paradela* duas letras foram também riscadas(*pe* ?).-Linha 27, o escriba omitiu o primeiro <A> do antropónimo ao identificá-lo (?) com o <a> da preposição imediatamente anterior.

4. ESTUDO LINGUÍSTICO

Como se sabe, é característica comum aos primeiros ensaios de escrita românica o carácter conservador e hesitante, especialmente na representação dos sons ou sequências fónicas desconhecidas em latim. Isto deve-se a que, como aponta R. Wright [1991:22], o «latim», língua escrita, e o «romance», língua falada, não eram percebidos exactamente de forma contraposta¹². No caso do galego-português o maior grau de dificuldade incide nas consoantes palatais, africadas ou fricativas pré-dorso-dentais e por outro lado no campo do vocalismo a respeito dos dois tipos de *e* e *o*, ditongos decrescentes [ow] e [ej] e, em especial, das vogais nasais.

¹² Cfr. igualmente H. Monteagudo [1994:170].

Assim, será sobre os aspectos anteriores que centraremos a nossa atenção ao adentrarmos no estudo do *Testamento de Estêvão Peres*¹³, tentando estabelecer, através de uma pesquisa contrastiva, a situação que, tanto do ponto de vista fonológico-fonético como grafemático, deixam transparecer os primeiros testemunhos escritos do galego-português. Para isto valemo-nos fundamentalmente, além do documento citado, da *Notícia de Torto*, do *Testamento de Afonso II*¹⁴ e da documentação galega, designadamente a anterior a 1260, repartida em diversas colecções diplomáticas¹⁵.

4.1. Vogais

4.1.1. Estudo de e e o

Começaremos por um aspecto que desde há algum tempo tem chamado a atenção de investigadores dos nossos primeiros monumentos escritos. Trata-se de averiguar qual o valor fonético da utilização do grafema <u> em contextos onde hoje é habitual o uso de *o*.

O facto, conhecido abundantemente no galego-português do séc. XIII, conta com um alto índice de frequência no nosso texto, resultando quase geral para o subsistema átono final: *fazu* (2), *mādu/mandu* (3², 6², 8, 9, 10, 11, 13, 15, 19, 20, 24, 26), *Burgu* (3), *donazū* (6), *cāpu* (7,10), *Gūcaliúu* (9,12), *Gōcaliúu* (17), *filus* (9), *Francelu* (15), *rigeiru* (15), *tiu* (16, 20), *foru* (18), *zapateiru* (19), *quantu* (20, 26), *ayu* (20)¹⁶, *Uimiecrus* (20), *Noalu* (27); face a: *mādo* (16, 17, 22), *foro* (17). No caso do artigo alterna uma forma para o singular *hu* (12, 18), face a *o* (3, 19), *do* (3, 7, 10, 15) enquanto no plural só detectamos <o>: *os* (4), resultante da crase da preposição *a* com o artigo, portanto com vogal aberta, *os* (21) e *dos* (4, 5). Também registamos o mesmo fenómeno nas preposições: *cū* (18) e *su* (15).

Na posição átona inicial e/ou pré-tónica predomina, pelo contrário, o grafema <o>: *Domīget* (5), *Reuordaus* (6), *cortina* (12), *Gōcaliúu* (17), *Roderiquit* (26), *Noalu* (27), mesmo quando nasal: *donazū* (6); achamos, contudo, um exemplo de <u> em *Gūcaliúu* (9, 12).

¹³ Sobre os aspectos léxicos do texto ver o nosso trabalho «Glossário do Testamento de Estevo Peres», em *Agália*, no prelo.

¹⁴ Utilizamos as edições do P^o Avelino Jesus da Costa [1979:312-321]. Trata-se dos manuscritos ANTT, Mitra de Braga, c. 1, núm. 48 conservado no Arquivo da Torre do Tombo (cit. L) e da cópia existente na Sé de Toledo (cit. T) (Arquivo, Z, 4.B, 6).

¹⁵ Assinalamos a nossa reserva na consideração de algumas formas com a utilização do acento circunflexo.

¹⁶ Forma da P1 do Presente do indicativo de «haver» que no texto alterna com *hei*, cfr. J. A. Souto Cabo: «Glossário do Testamento de Estevo Peres», *Agália*, no prelo.

Refiramos, por último, para a posição átona o caso das formas *quirmáá* (8), *quirmaúúns* (18) onde observamos a passagem do ditongo *oi* a *ui*¹⁷.

Já na posição tónica há vários casos de <u> e sempre em contacto com nasal, o que de novo parece favorecer o encerramento. Assim, e ao lado de *unde* (17) e *Füdu* (10), temos para a terminação [-ón]: *donazü* (6), *quinü* (12) mas *Melon* (22)¹⁸.

Para os resultados do lat. -ANUM, -ANOS as formas do texto, que apontam já para um ditongo nasal (cfr. infra), grafam sistematicamente o segundo elemento por <u>: *Reordauns* (6), *quirmaúúns* (18), *irmanus* (9)¹⁹.

Como foi dito, já trabalhos anteriores se tinham referido ao facto comentado, concretamente Clarinda de A. Maia, Luís F. L. Cintra a propósito da *Notícia de Torto* e Ana M.^a Martins em relação ao *Testamento de Afonso II*²⁰. Assim, o Prof. Cintra aponta para uma explicação de tipo fonético; tratar-se-ia: «de distinguir, pelo menos, o fonema fechado do fonema aberto, acentuando a importância do traço fechado de /o/, o que os conduziu a senti-lo e a representá-lo como /u/» [1986:52]. Ana M.^a Martins [1985:5 e ss.] e com ela Ivo de Castro [1991:208-210] põem em relação o fenómeno, em posição átona, com a hipótese lançada por Dámaso Alonso [1958, 1962¹]²¹ de no ocidente peninsular -ü latino ter mantido a sua articulação como [-u] (face a -[o]<O), e, por outro lado, com a possibilidade de estarmos perante os primeiros testemunhos da elevação do vocalismo átono que começaria a operar na posição final para só posteriormente incidir sobre a pretónica.

A última opção²² não aparece confirmada de forma nítida em nenhum dos documentos, e isto particularmente em TE onde, além de não ser <u> exclusiva em posição final, regista-se, como vimos, em formas descendentes de -O, e -OS latinos, impedindo, pois, que, neste documento, se ligue a distinção, já referida, aos usos de <u>. Tenha-se em conta, aliás, a hipótese de que tal distinção não tivesse chegado a vingar a norte do Douro [Maia, 1986:414-417]²³.

¹⁷ Forma que alterna com *coirmao* durante todo o período medieval: *coyrmao* [1375 Mondhedo, VL:27; etc.].

Hoje a pronúncia popular corrente para a dita forma é [kurmáw] (também [kurmárɨ]) com absorção do segundo elemento.

¹⁸ Formas idênticas foram registadas no século XIII por C. Maia: «Na quase totalidade das formas registadas o uso do grafema *u* em vez de *o* surge quando a vogal é nasal [...] Algumas delas representam palavras latinas terminadas em —ONE—» [1986:391].

¹⁹ Antecedentes da existência frequente de uma vogal [+alt] nessas formas (hoje desnasaladas) características dos blocos central e oriental dos dialectos galegos: *irmao* [irmáw].

²⁰ Cfr. Anthony Naro [1973:14-15], para exemplos análogos em documentos portugueses anteriores a meados do século XIV.

²¹ Cfr. igualmente Menéndez Pidal [1968:\$353].

²² Partilhada com reservas pelo próprio Lindley Cintra que para a forma *fructu* da *Notícia de Torto* prefere pensar na influência do latim [1986:53].

²³ Por outro lado, é evidente que registamos uma menor frequência de vogais [+alt] na posição pretónica, unicamente *Gücalhúu* (9, 12), do que na final. O que não impediria considerar a elevação do vocalismo átono pretónico como mais recente que a do vocalismo final.

Clarinda de A. Maia [1986: 391-420], além de admitir que:

Algumas das formas apontadas podem resultar do embaraço que sentiram os copistas ao fixá-las por escrito. A proximidade acústica e articulatória de [o] e de [u] teria conduzido ao emprego do grafema *u*, sobretudo naquelas regiões onde, porventura o referido fonema /o/ admitisse realizações mais fechadas. [1986:394]

também o relaciona com a própria época e a força da tradição latina. Repare-se, a respeito disto, que o *Testamento de Afonso II* na versão de Lisboa, utiliza unicamente <u> de acordo com a etimologia: *Portu, cū, remaserũ, sũ*²⁴. Parece, pois, lógico ter em conta: (i) o carácter hesitante da escrita nessa altura, (ii) a presença de formas latinas e/ou pseudo-latinas, (iii) e em consequência, através da analogia, uma possível ambivalência de <u> tanto para [u] como para [o], (iv) especialmente no caso das realizações mais fechadas, (v) sem descartarmos casos de passagem condicionada de [o] a [u]²⁵.

Factores que também devem ser tidos em conta no que diz respeito ao fonema /e/ apresentado como <i>²⁶, uma vez que ao lado de formas talvez latinizantes como: *ista* (2), *jn* (3), *Sãti Yacobj* (14) *ilís* (18)²⁷, *qui* (19)²⁸, encontramos casos de elevação atribuíveis à assimilação da pretónica por parte de uma sílaba tónica contendo /i/: *Scizilia* (10), *rigeiro* (15)²⁹; junto a *diuidas* (7), proparoxítono originariamente com /é/ na sílaba tónica que sofre a inflexão do /i/ da postónica³⁰; e *stauil* reflexo da alternância [e] e [i] na fi-

²⁴ Consideradas como latinismos por Ana M.^a Martins [1985:19]. Pelo contrário no Ms T encontramos as formas *susu*, *u*, *us* (artigo) e *ou*, *ous* (preposição + artigo), *nũ* que suportam uma realização -[u] [id.:20 e 85].

Para a forma *manus* que regista o P^r Avelino Jesus da Costa no Ms L Ana M.^a Martins sugere a hipótese de considerá-la como latinismo, já que *manus* pertenceu à declinação de tema em -u, embora para a forma românica devamos partir de um latim vulg. **MANOS*. Porém, Helder Godinho [1986] apresenta uma leitura *manos*(?).

²⁵ Veja-se igualmente sobre este aspecto em geral: L. F. Lindley Cintra [1959:208] e P. Teysier [1982:25].

²⁶ Como o anterior, é uso frequente neste período [Ferreira, 1987:325-326; Teysier, 1982:25; Silva, 1991: 55-56].

²⁷ Tenha-se em conta que no local onde foi elaborado o documento hoje é habitual a forma *il*(/es), porém, não parece provável que o anterior seja o primeiro testemunho [Souto Cabo, 1992:537].

²⁸ Há abonações da realização de /e/ final como [i], que poderiam ser antecedentes da existência deste fenómeno na actualidade [cfr. Maia, 1986:375-378].

²⁹ Harmonização vocálica frequente nos textos medievais [Maia, 1986:362-363] e de grande vitalidade nos dialectos galegos e brasileiros bem como em alguns portugueses.

³⁰ Veja-se C. de A. Maia [1986:355, 379-380 e 514]. A forma é, pois, plenamente galega como vem demonstrar esta atestação. Diversa opinião manifestava R. Lorenzo que a considera apenas de tipo português «con extraña atracción de la vocal tónica por la átona.» (1977:477, s.v. Dévida). Trata-se do testemunho mais antigo de tal fenómeno uma vez que o vocábulo não aparece na *Notícia de Torto* e no *Testamento de Afonso II* ainda registamos *deuidas*. É por isto que a sua documentação deverá ser recuada de 1293 (cfr. J. P. Machado, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, Lisboa, 1989, s. u. *dívda*) a 1230.

nal³¹. No caso de *teĩ*³² (21) podemos pensar no influxo da consoante nasal final que, como noutras ocasiões, produz o encerramento da vogal anterior³³, além de vir favorecido pela dissimilação a respeito da tónica.

No Ms L do TA registamos fenómenos similares nas formas *vinir* (23) e *difindemêto* (4). A primeira responde evidentemente à assimilação da átona pela tónica, o que possibilitou a crase posterior (*vir*); no segundo caso Ana M.^a Martins [1985:41] pensa numa evolução: *defendimento* > *difindimento* > *difindemento*, isto é, assimilação das vogais das duas sílabas iniciais à pretónica [+ alt] com posterior dissimilação desta última³⁴.

Assinalemos finalmente o caso da contracção do preposição *a* com o artigo masculino presente no TE sob a forma de *os* (4) o que remete, como dissemos, para uma vogal aberta. Na versão do Ms. T do TA detectávamos já uma primeira fase de assimilação: *ou/s*³⁵ face a *ao/s* do Ms. bracarense.

4.1.2. Vogais nasais

É a representação das vogais nasais³⁶, como foi dito anteriormente, ponto de grande relevo na análise scriptológica dos primeiros monumentos do galego-português³⁷. Sendo este tipo de sons desconhecido em latim, é lógico supor a dificuldade que a necessidade de tal representação supunha para os escribas. Achamos uma fundamental coincidência nos três primeiros textos baseada, por um lado, na omissão de qualquer sinal de nasalização, e, por outro, na utilização de <n> após a vogal nasal.

³¹ Hesitação frequente nesta terminação -vel/-vil [Maia, 1986:381]

Embora escassos, também se detectam exemplos similares na *Notícia de Torto: aquiles, viri* e no *Testamento de Afonso II: pregoli, lis*, ainda que neste último caso seja lógico pensar em formas arcaicas mantendo ainda o /i/.

³² Precedente do resultado dialectal *teim*, cfr. ALGa, vol. I, 2:374.

³³ A respeito do encerramento produzido pela nasal, cfr. Maia [1986:350-351] e o comentário de R. Lorenzo [1987:483-484].

³⁴ Relativamente às formas *dereito* e *descórdia* (L) / *discórdia* (T) em TA, veja-se A. M. Martins [1985:41-42].

Também se regista em TA Ms T a forma *Iorgi* que foi interpretada como exemplo da elevação [-e] > [-i] em posição final [Martins, 1985:23 e Castro, 1991:209-10]. Exemplos similares foram assinalados em documentos galegos [Maia, 1986:375].

³⁵ Forma presente também em documentos galegos do XIII [1273 Caldelas, RS:52; 1276 Ribas de Sil, RS:54; 1275 Ramirás, RA:203; 1277 id.:215; 1278 id.:218; 1279 id.:222, 223; 1280 id.:227; etc.].

³⁶ Face ao parecer de alguns estudiosos pensamos com R. Lorenzo [1988] que só devem ser consideradas vogais nasais, as afectadas pela nasalização derivada da queda de -N- intervocálico [cfr. Carvalho 1988:237-263].

³⁷ Cfr. L. F. Duarte [1984].

∩̃/	TA	NT	TE
<ϕ>	alguus mia dieiros galardoei nenguu ³⁸ nomeado novea	fíidos fíimento	quirmáá mia teĩ
<-n->	Lixbona asunar comemorazones manos uinir raina una uno (T)	bona irmana Martino Senara uno sanar irmano	mina donazũ Marina irmanus cortina
..... <-n> un ³⁹ quirmaúúns Reuordauns

Quadro I. REPRESENTAÇÃO DAS VOGAIS NASAIS

A única interpretação lógica é admitir que nos encontramos em todos os casos perante uma vogal nasal como é assegurado pelos resultados actuais e confirmado pela escrita imediatamente posterior, em que se mantêm ambos os procedimentos em maior ou menor grau [Maia, 1986:573-580]. Parece, portanto, aconselhável interpretar a ausência de <n> como uma representação não marcada da nasalidade e indício da não articulação do <n> [Castro, 1991:216].

Particular interesse revelam as formas do nosso texto *quirmaúúns* (18) e *Reuordauns* (6) em que o <n> transposto para a segunda vogal implica, como dissemos, a aparição, nessa altura, de um ditongo nasal face a *irmanus* em

³⁸ *Nēgiu* no Ms T é caso isolado em que a nasalidade aparece representada pelo til, prática que mais tarde se viria a tornar habitual.

³⁹ Além das formas apontadas em TA encontramos a forma *caonigos*, forma que poderia ser incluída nos dois grupos, no caso de supormos uma pronúncia [kãõigos], contudo a forma *conigos* presente no Ms T implica quer uma desnasalação do [ã] quer a manutenção do -n- com valor consonântico.

que ainda podemos supor o hiato. A forma *un* em TA é exemplo da fusão das vogais do mesmo timbre.

Por outro lado, as plicas presentes nas formas *quirmaíúns* (18)⁴⁰ e *quirmáá* foram interpretadas por alguns como indício de nasalidade⁴¹. O que, referido ao nosso texto, não parece provável uma vez que a sua utilização responde a um hábito mecânico de marcar a ocorrência não já da mesma vogal mas simplesmente do mesmo grafema; facto que explica a sua presença em *Gūcalúú* (9, 12) onde o primeiro <u> possui valor consonântico face ao segundo, vocálico, ou em *páá* forma abreviada de «para a», respondendo a fonemas não contíguos na cadeia fónica. É evidente, contudo, que o valor mais frequente, e possível origem desta utilização sistemática, se encontra na indicação do hiato de vogais idênticas [Maia, 1986:574]: *quirmáá* (8), *vóóntades* (11), *váán* (13)⁴².

4.1.3. Ditongos ei e ou

Particular relevância tem a análise grafemática dos ditongos decrescentes [ow] e [ej]. A sua representação como já indicara Luís F. L. Cintra, a respeito do primeiro, «parece ter apresentado alguma dificuldade» [1986:54]. Facto que verificámos na pluralidade de soluções adoptadas que se caracterizam, mais uma vez, pelo peso da tradição latina.

Eis uma visão completa do que a esse respeito achamos nos documentos.

[ej]	TA	NT	TE
<e> ⁴³	getarū ⁴⁵ , lezarē
<ec>	directo	rec, plecto	hec, Uimiecrus
<ce>	Figeerecdo
<eg>	regno ⁴⁴
<ei>	ei, reino	leira, hei

Quadro II. REPRESENTAÇÃO DO DITONGO [ej]

⁴⁰ Repare-se na geminação desnecessária do <u>, indício indirecto, talvez, da crase de vogais idênticas em hiato (cfr. supra: *un* em TA). O facto, habitual neste período, liga-se a diversas causas: razões etimológicas, consequência da assimilação, marca de vogal tónica, falsa analogia [Ferreira, 1987:319].

⁴¹ Cfr. sobre o assunto Clarinda de A. Maia [1986:574] e José Luis Pensado Tomé [1962:17, 19, 20 e 22].

⁴² Idêntico facto detectámos na NT: *máá*, *avóó*, *flúdos*, *oméés* e no TA: *Bragáá*, *cabidóó*, *séé*, *oméés*, *péés*.

[ow]	TA	NT	TE
<au> ⁴⁶	Laurecdo
<oc>	mandoc, octra	quocsa, Ocfemea
<o> ⁴⁷	otro(s), beiso
<ou>	cousas, ouuer	Lourêzo, rogou

Quadro III. REPRESENTAÇÃO DO DITONGO [ow]

Como facilmente se deprende do quadro, constatamos uma equivalência básica entre as grafias utilizadas quer para [ej] quer para [ow]⁴⁸. Por outro lado cada texto possui uma articulação peculiar na translação à escrita dos ditongos referidos, embora possam ser caracterizados de forma conjunta.

Uma primeira aproximação implica constatar a clara oposição existente entre o *Testamento de Afonso II* e os outros exemplos. O primeiro, procedente do scriptorium real, apresenta escolhas que supõem um alto grau de coerência e es-

⁴³ A presença de formas com grafema <e>, onde corresponderia o ditongo, tem sido interpretada como mostra do influxo castelhano [Maia, 1986:535, 539]; contudo para algumas formas do século XIII talvez se possa pensar no uso de <e> para [ej] similar ao registado em NT. Além dos casos citados por C. de A. Maia podemos assinalar: *quexar, quexase* [1234-36 Sobrado, DG:I], *pexotas* [1242-52 Caaveiro, DG:III], *quera, lexar* [Meira 1255, DA:1 (Lugo)], *ferrero, mostero, lera, çapatero* [1255 Ginzo(?), DE:5], *regeros* [1255 Valdeorras (?), DE:6], *fórero* [1265 Osseira, OS:929], *herederos* [1266 Sobrado, GH:LXXV], *postremero* [1267 Osseira, OS:949], *mostero* [1257 Montederramo, DE:7], *outero, dineros, mostero* [Montederramo 1272, DA:3 (Ourense)], *lexar, llexar* [Meira 1276, DA:4 (Lugo)], etc. O tipo <ex> talvez esteja a indicar formas da língua falada com absorção do /i/ pela palatal. Também surge esporadicamente o grafema <y> com esse mesmo valor: *gyra* [1267 Montederramo(?), DE:16], *düyrturas* [1276, RS:54], etc.

⁴⁴ O Ms. T regista unicamente formas com <ei>: *enteiramente*.

⁴⁵ Luís F. L. Cintra não reparou que estamos perante um verbo *geitar*, presente nesta forma de infinitivo no TA, e nom *getar* como indica no vocabulário com que conclui o estudo da NT, *ob. cit.*, p. 68.

Também no Ms toledano do TA registamos a forma *beio* que de acordo com a interpretação de Ivo de Castro [1991:223] seria uma simples forma gráfica devida à cumulação no grafema <i> de duas funções.

⁴⁶ O uso de <au> por <ou> está amplamente documentado. Tenha-se em conta, no entanto, que muitos exemplos procedentes do sul de Lugo e Ourense podem responder a formas da língua falada que ainda hoje existem.

⁴⁷ O uso deste grafema nos textos galegos foi atribuído ao influxo do castelhano [Maia, 1986, 547-556]. Somem-se aos exemplos da HG outras ocorrências iniciais: *otorgome* [1265 Osseira, OS:929], *prover, otre, otrosi* [1273 Ribas de Sil, RS:52], etc. Interferência que já não parece provável nos casos em que <u> é utilizado para o ditongo: *utubro* [Meira 1255, DA:1 (Lugo)], *utorgo* [1266 Sobrado, GH:LXXV], etc.

⁴⁸ A forma *Ocfemea* «Eufémia» de TE mostra a passagem, habitual no período, do ditongo [ew] a [ow] pelo inusual que aquele resultava em posição inicial. Idêntico fenómeno registamos na forma *Ougea* «Eugénia» [1314 Temes (Lu), OS: 1387; 1318 Morraço, CD:12, etc.].

tabilidade gráfica⁴⁹ mesmo no seguimento escrupuloso das formas etimológicas. Pelo contrário, é tanto a instabilidade como um vincado arcaísmo característica dos outros dois textos, particularmente da NT [Cintra, 1986:54-55].

Estes últimos coincidem na utilização de <c> para o segundo elemento do ditongo (exclusiva em TE para [ow]). Fenómeno que na Galiza se manteve de forma esporádica até ao primeiro quartel do XIV nomeadamente na metade oriental⁵⁰. A sua origem está, possivelmente, nos casos de correspondência entre a forma latina e a romance⁵¹. Este uso não é exclusivo da nossa área linguística, tendo sido registado no domínio castelhano segundo testemunho de M. Pidal: «La semivocal velar *w* del diptongo *ou* viene también a indicarse, aunque más oscuramente, en la grafía con una consonante velar *q* o *c* que aparece alguna vez» [1968:94]⁵².

Talvez em *octo* (1) de TE -se não é forma latina- possamos postular a existência do ditongo [oj]; o que se poderia igualmente aplicar à forma *octaua* de TA⁵³.

4.2. Consoantes

4.2.1. Africadas e fricativas pré-palatais, pré-dorsais e alveolares

Já no referente ao consonantismo, julgamos conveniente começar com a análise do sistema das fricativas (-africadas) que, tanto pela sua complexida-

⁴⁹ Tenha-se em conta que só detectamos instabilidade num caso, a forma *regno* face ao sistemático *reino* (exclusiva em T). Acompanhada unicamente nesta solução gráfica (<eg>) por *entegramente* (T=*enteiramente*). Para <ec> só encontramos exemplos no vocábulo, aliás invariável, *derecto* (T=*dereito*).

⁵⁰ *Pecte*, *derecto* [1257 Mançaneda, DE:7], etc., *lecte*, *pecte* [1257 Trives, ST:46], *derecturas* [1267 Monforte, OS:945, 1273 Montederramo, DE:20], *cocto* [1261-, DG:XIII], *octeiro* [1251 Ramirás, RA:82] *octeiru* [1254 Ramirás, RA:117], *octeyro* [1258-61 Monfero, DG:XIII], *octorgado* [Vilafranca 1256, DA:2 (Leão)], *octorgamento* [1256 Trives, ST:9], *Hocrensi* [1266 Ourense (?), DE:14], *hoctorgamento*, *octras*, *hoc* (ou=*ao*) *Hocrensy* [1267 Montederramo(?), DE:16], *octorgante* [1290 Rochas, RO:40; 1291 Rochas, RO:42; 1302 Rochas, RO:50; 1304 Rochas, RO:51; 1310 Rochas, RO:55], *octorgar* [1255 Trives, ST:8], *octorgo* [Vilafranca 1254, DA:1 (Leão); 1260, DG:XII; 1273 Ramirás, RA:188], *octorgamos* [Vilafranca 1256, DA:2 (Leão); Meira 1272, DA:12 (Lugo)], *octra* [Vilafranca 1256, DA:2 (Leão); Meira 1272, DA:12 (Lugo); 1272 Ossira, OS:1002; 1313 Rochas, RO:57; 1315 Rochas, RO:59; 1318 id.:60; 1324 id.:61; 1328 id.:63]; 1290 Rochas, RO:40; 1302 Rochas, RO:50], *octras* [1256 Trives, ST:9; 1261 (?), DG:XIII; 1290 Rochas, RO:40], *octre* [1302 Rochas, RO:50; 1312 id., RO:56], *octro* [1273 Ramirás, RA:188], *octros* [1255 Trives, ST:8; 1260, DG:XII; 1261, DG:XIII], *octrosi/octrosy* [1290 Rochas, RO:41; Meira 1272, DA:12 (Lugo); 1310 Rochas, RO:54], *octubrio* [Burom 1265, DA:2 (Lugo) *octubro* [Vilafranca 1268, DA:3 (Leão)], etc.

⁵¹ Surpreende o seu emprego para [ow] já que tal relação se limita aos casos de OCTUBER> *outubro*, e DOCTOREM> *doutor*. Trata-se, pois, em parte, de falsa escrita etimológica.

⁵² De forma esporádica encontramos <ob> e mesmo <op>: *hobtorgome* [126.. Ribas de Sil, DA:41 (Lugo)], *obtorgamos* [1369 Rochas, RO:132], *obteyro* [1276 Ribas de Sil, RS:54], *optra* [1389 Rochas, RO:124].

⁵³ No caso de *octuber* (1) parece lógico pensar ainda na forma latina.

de como pela riqueza de resultados posteriores, possui enorme interesse para a história das variantes do nosso idioma.

Uma primeira indicação a esse respeito, que decorre da observação dos quadros que se seguem, é a de que existe uma incipiente distinção gráfica entre os diversos grupos de fonemas⁵⁴.

Vejamos, em primeiro lugar, os diversos procedimentos gráficos com que se representam as africadas e fricativas pré-palatais.

/ʃ/	TA	NT	TE
<x>	exetes	lecxasẽ, dixẽ
/dʒ/ - /ʒ/			
<g>	Gurge	aguda, getarũ
<gi> ⁵⁵	beigio, agia ⁵⁶
<i>	seia (Ms T)	aiuda, iuizo	seia
<is>	*beiso ⁵⁷
<j>	Junio	Johan
<y>	ayu

Quadro IV. REPRESENTAÇÃO DAS FRICATIVAS/AFRICADAS PRÉ-PALATAIS

/tʃ/ ⁵⁸			
<ch>	Sancho, chus
<ci>	Sancio (Ms T) ⁵⁹
<g>	agou, gacarũ
<i>	iagarũ

Quadro V. REPRESENTAÇÃO DA AFRICADA PRÉ-PALATAL SURDA

⁵⁴ Cfr. Coloma Lleal [1990:134-136] que sob a epígrafe de «La escritura romance» apresenta uma visão panorâmica das soluções gráficas mais frequentes para os fonemas palatais na Península.

⁵⁵ Grafema também conhecido em textos galegos do XIII: *agyo* [1255 Montederramo, CD1:LXIX], *segia*, *cugia*, *queygios* [1257 Trives, ST:46], *agia*, *igrigia* [1262 Sobrado, CD3:LV], etc. Vejam-se igualmente os exemplos de C. de A. Maia, todos pertencentes a documentos galegos e praticamente exclusivos do séc. XIII [1986:470].

⁵⁶ Na NT registamos *Pelagio* em que o grafema <gi>, se não estamos simplesmente perante a forma latina [Castro, 1991:239], poderia ser mais um exemplo da representação do fonema que tratamos.

O fonema fricativo pré-palatal surdo adopta, desde o início da tradição escrita, o grafema <x>, uso que se manterá inalterado durante todo o período medieval. Não registamos, por outro lado, qualquer tipo de confluência com as grafias correspondentes ao resto dos fonemas⁶⁰.

Mais problemática resulta a situação do fonema sonoro, a começar sobre o seu próprio estatuto fónico. Reconhece-se como ponto de partida a existência de oposição entre a africada /dʒ/ e a fricativa /ʒ/⁶¹. É, contudo, difícil conhecer o estado de tal oposição em época pré-literária uma vez que desde o início não houve discriminação gráfica entre ambas⁶², porém é comumente aceite a existência de variantes contextuais [Maia, 1986:468] ligadas à alternância entre posição forte e débil. Vai ser num testemunho indirecto, com base na utilização das grafias <g> e <i> para a africada surda por parte do escrivão da NT, que Ivo de Castro defende a existência autónoma da africada sonora na língua medieval: «se se confundisse com a fricativa [ʒ] não haveria nenhum motivo para serem as suas grafias escolhidas pelo escriba para representar [tʃ].» [1991:240]⁶³. No entanto, poderíamos acrescentar uma prova -talvez- mais explícita. Em 1259 registamos num documento procedente de Toém, também em terras do Ribeiro, as formas *azades* (hajades), *aza* (haja) [1259, OS: 839]⁶⁴. Neste caso, como facilmente se deduz, o uso de <z> grafia habitual para /dz/, africada pré-dorsal sonora, estaria a demonstrar que ainda neste período é possível falar na existência de /dʒ/⁶⁵, uma vez que é precisamente a coincidência nos traços

⁵⁷ As formas marcadas com asterisco poderiam ser interpretadas de um ponto de vista diferente, possivelmente como latinismos.

⁵⁸ Citemos, pela sua originalidade, o uso de <h> que, com o mesmo valor, detectámos num documento ourensano: *haman* (chamam), *aharen* (acharem) [1276 Ribas de Sil, RS:54].

⁵⁹ Cfr. I. de Castro [1991:220]

⁶⁰ Num documento galego datado de 1244 utiliza-se tal signo para representar a africada surda: *xantaren* (chantarem) [DE:1] [Maia, 1986:469]. Também se tem observado a sua utilização para a sonora correspondente o que foi interpretado como testemunho de neutralização entre surda e sonora [Maia, 1986:471-2].

A. Veiga Arias aponta a utilização do grafema <x> para a fricativa pré-palatal sonora mesmo em época pré-literária, com exemplos do tipo *rexiam* por *regiam* ou *Lexione* por *Legione* [1989: 30], facto que talvez aconselhe a reconsiderar a interpretação de casos similares na documentação galega posterior.

⁶¹ De acordo com a diversa origem etimológica para a explosiva fricativa </di/, /-gi-/ /g^h/: video>vejo, spongia>esponja, gente>gente e para a constrictiva </iv/ e /-sj-/: iam>já, ieiunu>jejum, basiu>beijo, caseu>queijo [Silva, 1991:92].

⁶² Sempre com base em <i>, <j>, <y> e <g> de forma isolada ou em diversas combinações.

⁶³ O Prof. Cintra reúne alguns outros exemplos [1986:44].

⁶⁴ É preciso, porém, verificar a leitura do editor, uma vez que noutra documento da mesma colecção diplomática surge a forma *pazadus* «pagados» [1274, OS:1081] que sugere uma confusão g=z, invalidando a nossa proposta.

⁶⁵ M. J. de M. Santos [1962:201] assinala a sua presença na zona fronteiriça de Trás-os-Montes, embora pareça uma simples variante da fricativa em posição inicial.

de africação e sonoridade entre ambos os sons que levou a adoptar a grafia <z>⁶⁶.

Observe-se, por último, que não existe uma especialização do grafema <g> para as vogais anteriores, sendo pois normal a sua utilização com /o/, /u/ e /a/⁶⁷.

Vejamos, em seguida, o que se passa relativamente às sibilantes áptico-alveolares.

/ʃ/	TA	NT	TE
<s>	asunar	teuese, asi	Codesaes
<ss>	assunar, missa
/z/			
<s>	cousas	casas, desûrar	quocsa, mesa

Quadro VI. REPRESENTAÇÃO DAS FRICATIVAS ÁPTICO-ALVEOLARES

Assinalemos em primeiro lugar que o <s> neste período podia apresentar duas formas: <s> e <ʃ>, distinção que tem unicamente carácter paleográfico⁶⁸.

É importante salientarmos que nem em NT nem em TE surge qualquer distinção gráfica entre o fonema surdo e o sonoro, facto que, por via de regra, se manterá durante todo o período medieval [Maia, 1986: 465]. Como vemos só o TA apresenta uma clara tendência para os manter diferenciados, com a especialização de <ss> para o surdo e <s> para o sonoro. A única forma que foge a este uso é *asunar* alternando com a esperada *assunar* no Ms. L face a T onde ocorre *asuar* em duas ocasiões⁶⁹.

Passemos agora às representações gráficas das africadas pré-dorso-dentais.

⁶⁶ Há contudo, evidentemente, testemunhos de que tal realização convivia eventualmente com uma mais inovadora que acabaria por se generalizar [Maia, 1986:472].

⁶⁷ Uso que se torna pouco frequente a partir da segunda metade do séc. XIV.

⁶⁸ Ambos os tipos aparecem no nosso texto, limitando-se <s> à posição final onde alterna com <ʃ>.

⁶⁹ Surgem vários exemplos de <s> em posição inicial seguido de consoante: *stavil*, *Stefano*. Devemos considerá-los simples latinismos gráficos cuja pronúncia supõe a articulação precedente de [j], e em nenhum caso exemplos do denominado /s/ líquido.

/ts/	TA	NT	TE
<c> <ci> <sc-> <z> <zi>	arcebispos gracia, terciã fazam, servizo	uêcesê, seruical becio Lourêzo Bastuzio	Gūcalúú Scizilia fazu, donazū
<dz>			
<c> <ci> <z> ⁷⁰ <-t>	*facer *Galicia fazer, paz	*Veraci iuizo, Fernandiz Domiget, uot

Quadro VII. REPRESENTAÇÃO DAS AFRICADAS PRE-DORSO-DENTAIS

Podemos constatar, a partir da presença no texto galego dos grafemas <sc> e <-t>, que nos encontramos ainda, ao menos dialectalmente, com sons de carácter africado. Consideramo-los, pois, procedimentos para marcar a presença de dois momentos na articulação dos fonemas referidos. No primeiro caso, através da utilização de um dígrafo: <sc> para o que já se tinha apontado tal função [Maia, 1986: 442]⁷¹, no segundo, marcando unicamente a presença do primeiro momento, oclusivo, <-t> [Maia, 1986:455, n.3]⁷². O que não impediria considerá-lo como um uso gráfico latinizante baseado na correspondência entre /ts/ e étimo contendo /t/: platea>praça, etc.

O panorama que observamos anuncia os usos gráficos habituais no resto do século XIII⁷³. Assim, por um lado, vemos que não existe uma clara discriminação entre surda e sonora⁷⁴, uma vez que o grafema mais frequente para

⁷⁰ Tenha-se em conta que na NT o tipo mais utilizado é o denominado <z> visigótico.

⁷¹ Grafema presente de forma esporádica na documentação galega do XIII e também em textos castelhanos e aragoneses [Maia, 1986:442; Menéndez Pidal, 1968:67; Alvar, 1953:77].

⁷² Tendo em conta o até agora visto talvez se imponha rever o problema que apresentam algumas das formas registadas pela professora Maia na documentação galega do século XIII em que <ç> (ou <c>) e <z> se trocam com <s> [1986:446, 456]. Poder-se-ia pensar, para as zonas onde ainda hoje se mantém a distinção, que se trata simplesmente, e como nos casos referidos de *agou* ou *aza*, de simples procedimentos para marcar o carácter [-] africado que começava a adquirir o fonema analisado.

⁷³ Insólita resulta a solução de um documento pertencente à colecção diplomática de Stº Estevo de Ribas de Sil [1276 RS:54] onde <x> é o grafema adoptado: *terxa, conuxuda, faxades*.

⁷⁴ Mesmo prescindido das formas marcadas pelo asterisco e outras não assinaladas como *fererū, uices* etc. em NT que parece lógico interpretar como vocábulos latinos.

O facto de não haver distinção não pode, aliás, ser interpretada como indício de confusão entre surdas e sonoras, mesmo no caso do texto galego [Souto Cabo, 1988:72-73].

esta última, <z> (também <zi>), é utilizado para o som complementar surdo. Não acontece o mesmo, porém, com <c> (ou <ci>) que, ante qualquer vogal, transcreve unicamente o fonema /ts/. Constitui uma importante excepção a versão toledana de TA ao manter de forma escrupulosa nítida distinção entre ambos os sons [Castro, 1991: 206].

Salientemos a presença em TE do grafema <-t>, representação gráfica exclusiva para /dz/ em posição explosiva final, que não se limita, pois, ao caso dos antropónimos como se pensou⁷⁵; vejam-se os casos de *fât* (17, 19), *vot* (21).

A respeito do seu possível valor fonético e para além do seu carácter africado, já assinalado, podemos pensar que nesta posição se tenha verificado a neutralização entre a surda e a sonora, em favor da primeira [Alonso, 1969:92]⁷⁶, uma vez que se fosse sonoro o mais lógico seria representá-lo por <d>, como de facto se tem documentado [Menéndez Pidal, 1964:223].

A sua utilização, que não se limitou ao ocidente da Península⁷⁷, surge de forma esporádica até ao último quartel do século XIII, e mesmo depois. Na documentação galega, se bem que seja frequente nos antropónimos⁷⁸, tam-

⁷⁵ Assim, Amado Alonso indica: «da triple grafia - refere-se a <z>, <s> e <t>- sólo se daba en los patronímicos: no se escribían en el siglo XIII ni *crus* ni *crut* por *cruz*» [1969:15], opinião que parece partilhar Menéndez Pidal para quem, aliás, se tratava de um facto puramente gráfico, analogia de *-t* com *-z* [1964:223-225]. Da mesma maneira C. de A. Maia [1986:454-455] refere-se unicamente à nomenclatura pessoal.

A. Veiga Arias a propósito de exemplos similares em antropónimos indicava que «*-t* y *-z* representan la misma africana en posición final» [1989:28].

⁷⁶ O que vem apoiado pela esporádica utilização de <c> em lugar de <z> nesta posição desde metade do séc. XIII. Foi também conhecido em âmbito castelhano [Menéndez Pidal, 1969:243].

⁷⁷ Surgiu quer em área castelhana [Menéndez Pidal, 1964:223-225; Alonso, 1969:64-65] quer em área navarro-aragonesa [Alvar, 1953:78].

⁷⁸ *Fernandit* [1230 Rodeiro, CDÍ:LXXX], *Gonzaluit*, *Sancit*, *Ramirit* [1244 Veiga do Bolo, DE:1] *Fernandit*, *Diat*, *Pirit*, *Uermuit* [Sobrado 1242-52, DG-III], *Lupet* [1250 Límia, DE:2], *Gonzaluet* [1251 Límia, DE:3], *Eret*, *Froat*, *Pelaet*, *Rodriget* [1255 Vilarinho de Conso, DE:6], *Gomet*, *Peret* [1257 Crunha, DA:8], *Diat* [1260 Beçoucos, CDÍ:LXXI], *Fernandet*, *Payt*, *Sanchet* [126.. Ribas de Sil, DA:41 (Lugo)], *Froyat*, *Paet*, *Uermuet*, *Suaret* [1261 Monfero, DG-XII], *Froyat* [1261 Portomarim, DA:24 (Lugo)], *Payt* [1262 Mondonhede, OS:894], *Roderiquit* [1262 Sobrado, CD3:LV], *Garciat* [Burom 1265, DA:2 (Lugo)], *Nunet*, *Frolat* [1265 Osseira, OS:929], *Lopit*, *Vaasquit* [1266 Osseira, OS:939], *Estevaet* [1267 Sárria, DA:27 (Lugo)], *Roderiquit* [1269, CD3-LV], *Rodriguit* [1262 Nendos, HG:1], *Estevaet*, *Guillemet* [Sarria 1267, DA:27 (Lugo)], *Pelaet* [1267 Orcelandom, HG:52], *Domigit* [1269 Guarda, HG:92], *Vermuit* [1270 Pontedeume, DG:XXII], *Rodriget* [1270 Melom, DE:18], *Fernandit* [Ramirás 1274, RA-192], *Diat* [1274 Osseira, OS:1049], *Fernandet* [1276 Ribas de Sil, RS:54], *Fiit*, *Tomet* [1306 Buval, OS:1335?]. Uso também conhecido por textos lavrados em Portugal: *Meedit*, *Sanchit* [Porto 1262, AR:3].

Também em topónimos: *Aarit* [1313 Osseira, OS:1397; 1390 Osseira, OS:1930; 1396 Osseira, OS:2000; 1399 Osseira, OS:2031].

bém achamos exemplos fora da nomenclatura pessoal. Eis algumas formas coleccionadas: *iuit* (juiz), *fit* (fiz) [Sobrado 1242-52, DG:III], *vet* (vez) [Caveiro 1242-52, DG:V], *pat* (paz) [Ribas de Sil 126., DA:41 (Lugo)], *iat* (jaz), *pat*, *vot* (voz) [1270 Melom, DE:18], *pat* [1276 Ribas de Sil, RS:54], *iat* [1290 Rochas, RO:67], *pat* [1329 Rochas, RO:64, 1331 id.:65], *pat* [1332 Rochas, RO:67], *iat* [1335 Buval, OS:1306?; 1336 Rochas, RO:70], *iat*, *pat* [1396 Osseira, OS:2000], *pat* [1390 Osseira, OS:1930], *iat*, *ut* (uz) [1396 Osseira, OS:2003], *pat*, *iat* [1399 Osseira, OS:2029], *pat* [1399 Osseira, OS:2030, 2031].

4.2.2. Palatal nasal e lateral

Pelo seu notório paralelismo apresentamos de forma conjunta o estudo dos grafemas que representam as consoantes palatais lateral /*ɲ*/ e nasal /*ɲ̃*/.⁷⁹

/ɲ/	TA	NT	TE
<l> filia, ualia	filarũ, fila filios, carualio	filus, Noalu

Quadro VIII. REPRESENTAÇÃO DA LATERAL PALATAL SONORA

/ɲ̃/	TA	NT	TE
<n> <nn>	quinõ, aconocese quinnõ, cõnocerũ	quinũ, vina
<ni> <in>	tenio, Idania	quiniõ *Coina

Quadro IX. REPRESENTAÇÃO DA NASAL PALATAL SONORA

Como em casos anteriores é de novo a NT que apresenta uma maior flutuação na transcrição dos fonemas referidos, face à manifesta regularidade dos outros dois textos. Por outro lado, como vemos, só os documentos portugueses conhecem algum tipo de distinção gráfica entre nasal e lateral alveolares e os correspondentes fonemas palatais, dado que o TE utiliza indistintamente <n> e <l> com ambos os valores. Distinção mantida de forma

⁷⁹ Para uma visão conjunta das diferentes soluções gráficas utilizadas na Península cfr. C. Lleal [1990:135].

sistemática no TA. À NT podemos atribuir um posicionamento intermédio já que o escriba hesita entre a indicação explícita do carácter palatal através dos dígrafos para /ʎ/ e <ni> (<in>), <nn>⁸⁰ para /ɲ/ ou utiliza o grafema simples <l>, <n>. O TA é neste aspecto, como noutros, muito mais coerente ao empregar, de forma sistemática com essa finalidade, ⁸¹ e <ni>.

No entanto, os dígrafos presentes na NT e no TA surgem na documentação galega posterior [Maia, 1986:486-488]⁸² pelo que podemos falar numa fundamental unidade grafemática neste campo, que será alterada com a adopção das novas grafias <lh> e <nh> de origem provençal pela Chancelaria real portuguesa entre 1265 e 1275 [Cintra, 1963:63-69; Ferreira, 1987:41-42, 329-332]⁸³.

4.2.3. Estudo de *b* e *v*

Dentro das particularidades consonânticas, referiremos finalmente a distinção entre os fonemas representados por e <v>. Face à confusão posterior entre ambos os sons (com exemplos desde finais do século XIII) verificada na Galiza e no norte de Portugal [Maia, 1986:478], não detectamos qualquer indício de confluência nos textos que analisamos⁸⁴:

⁸⁰ Incluímos aqui o caso de *cōnocerū* por considerarmos o til como simples variante paleográfica de <n>. No entanto, o prof. Cintra inclui este exemplo nos casos de <n> com valor palatal [1986:43].

⁸¹ Ivo de Castro considera que nas formas pronominais átonas *li* e *lis* teríamos um caso de <l> simples com valor palatal [1991:220]. Julgamos, porém, preferível supor neste caso uma dupla função para <i> que seria marca da palatal bem como representação da vogal. Isto se não se trata simplesmente de formas arcaicas com valor alveolar [Cintra, 1986:43] ainda vivas dialetalmente em pontos da Galiza e de Portugal. O que igualmente poderíamos supor para a forma *le* de TE.

⁸² E mesmo algum outro como <gn>, raro na Península e mais no ocidente, que registamos durante o século XIII: *cognoscuda* [Lugo 1269, DA:40 (Lugo)], *lignage* [Meira 1276, DA:12 (Lugo)], *pogno* [Monfero 1289, CD2:LXXVIII], etc. [cfr. Maia, 1986:489].

⁸³ Como se sabe o novo sistema não foi totalmente alheio à Galiza -e isto apesar da nossa dependência política de Castela- tendo-se registado tanto na documentação notarial como em textos literários [Maia, 1986:490 e 500; Montero Santalha, 1993].

⁸⁴ Não é claro o sentido do comentário que I. de Castro faz da forma *reuora* presente no TA: «a grafia <u>=[v] de ambos os copistas sugere uma sonorização (sic) latina do -B- intervocálico [...]. O ponto teria, no entanto, de ser examinado no quadro da cronologia V=B em português antigo, já que o betacismo v>b é uma inovação tardia originária do norte.» [1991:222] Tenha-se em conta que é <v> a grafia que historicamente corresponde a essa forma [Lorenzo, 1977:1125, s.v. *revorar*] e, em princípio, a qualquer -b- intervocálico latino, com evolução popular em galego-português.

/b/	TA	NT	TE
	recebia bispos	saber beiso	abade burgo
/β/ - /v/			
<u>	uassalos seruizo	uêcestes auer	uina diuidas
<f>	fezes	*Stefano

Quadro X. REPRESENTAÇÃO DA OCLUSIVA BILABIAL SONORA
E DA FRICATIVA BILABIAL/LABIODENTAL SONORA

Necessariamente temos de tratar o problema do estatuto fonológico do som correspondente ao grafema <v>. Questão a que se liga outro aspecto igualmente conflituoso: o de estabelecer a relação entre os resultados dialetais posteriores. Relativamente ao primeiro ponto, consideramos lógico supor uma pronúncia fricativa bilabial sonora, a norte do Douro. Som que acabaria por confluir com /b/ como resultado da variação que este último fonema admitia em posição intervocálica, articulado como [β] fricativo [Maia, 1986:485-6; Lorenzo, 1987:443]. Quanto ao segundo aspecto, isto é, a origem de /v/ no Centro e Sul do país, tem-se atribuído a influxo da população moçárabe [Maia, 1986:483-485]. Talvez esta explicação de carácter adstratístico não seja totalmente satisfatória, uma vez que não tem em conta dois aspectos fundamentais. Em primeiro lugar que se trataria de uma transferência fonológica entre dois sistemas linguísticos diversos⁸⁵, dificilmente explicável. Por outro lado, do ponto de vista sócio-linguístico parece contraditório pensar num influxo da população submetida, mesmo socialmente, sobre o padrão linguístico dos conquistadores, elite dominante que possuía, com certeza, um modelo fonético prestigiado.

Seria preferível não considerar a pronúncia /v/ geneticamente independente do sistema proto-histórico comum. Podendo, assim, ser propostas duas possibilidades: (i) a distinção /b/:/v/ é originária, sendo modificada no Norte através da transfonologização de /v/ → /b/⁸⁶; (ii) ou bem pensar no reforço

⁸⁵ Facto que pressupõe um altíssimo grau de coerência entre ambos para que, por via analógica, se chegasse a verificar o processo.

⁸⁶ Fenómeno que pode ser atribuído a um substrato basco-cantábrico latente no Norte da Península [Alonso, 1962²:155-209], e cujo efeito se limitou a essa zona, uma vez que no Centro e Sul houve uma miscigenação com populações heterogéneas que desconheciam essa tendência. A situação posterior do castelhano e do português foi inversa, ao predominar no primeiro um modelo linguístico setentrional face ao meridional, adoptado pelo reino mais ocidental.

articulatório de uma oposição primitiva /b/:/B/ cuja manutenção se via posta em perigo ao assentar em traço extremamente frágil (cfr. supra). Reacção conservadora que partindo do modelo linguístico da corte viria a ser imposta no território cuja conquista se verificou posteriormente.

Sendo assim, a datação cronológica da mudança, num ou noutro sentido, poderia ser situada entre a segunda metade do séc. xi e primeira do séc. xii, momento em que a reconquista avança para sul do Mondego, no território situado entre Coimbra e Lisboa, que mantém os dois fonemas diferenciados⁸⁷.

Particular interesse tem para o aspecto que tratamos a presença do grafema <f> onde cabia esperar <v>. Fenómeno que registamos na NT: *Ferac̃* (Varzim), *Tefuosa* (Tevosa)⁸⁸, *fezes* (vezes), *fice* (vez). Tal utilização poderia, evidentemente, ser interpretada como testemunho de uma pronúncia lábio-dental /v/⁸⁹, uma vez que, como vimos, não é excepcional a ausência de distinção gráfica entre surdas e sonoras neste período (cfr. supra). O facto resultaria contraditório face à nossa proposta anterior já que nos encontramos na zona de igualação b=v, para a qual se pensou numa oposição /b/:/B/. Talvez seja possível considerá-la em sentido inverso, como mostra de instabilidade devida a evolução, cumprida ou quase, de /v/ para /B/ nos dialectos setentrionais, o que viria apoiado pela presença de um testemunho oposto em *testivigo* (testifico)⁹⁰ (<v> por <f>) [Castro, 1991:238-239]. Também surge a hipótese de estarmos perante formas, de algum modo, «hipercorrectas». O copista que não possui o fonema /v/, mas que sim o conhece na modalidade linguística de maior prestígio, tenta reproduzi-lo pelo grafema correspondente ao som mais próximo, a que é assimilado, /f/⁹¹. Não podemos descartar que se trate, como noutras ocasiões, de um simples uso gráfico —aqui falsamente— latinizante. Desta maneira consideramos o antropónimo *Stefano* do nosso texto⁹².

⁸⁷ Tenha-se em conta que nessa altura a Reconquista do ocidente deixa de ser leonesa para se tornar portuguesa, do que decorreu logicamente a independência. Em simultaneidade com a situação política verifica-se a primeira fixação do padrão linguístico num desejo de auto-afirmação.

⁸⁸ *Tevosa* (<TABULOSA) seria a forma esperada, hoje o nome é representado como *Tebosa* por influxo da pronúncia nortenha [Castro, 1991:238].

⁸⁹ Assim o reconhece o Prof. Cintra: «vacilação rara entre *f* e *v* para representar aquilo que era seguramente uma lábio-dental sonora». [1991:49].

⁹⁰ Embora também possamos pensar na existência real dessa forma como evolução popular esperada.

⁹¹ Situação coincidente com o que C. de A. Maia afirma para os documentos por ela analisados: «Os copistas da região portuguesa [...] dão provas, relativamente a este e a outros factos, de conhecerem uma variedade mais prestigiada que, quanto a esta particularidade, não coincidia com a linguagem local, mas que, pouco a pouco, se ia consolidando e fixando no Centro de País» [1986:481-482].

⁹² Não podem ser consideradas da mesma maneira as formas do tipo *perfeito/profeito* amiúde com o significado do actual «proveito» mas cuja origem se liga a «feito» (fazer) [1273 Orcelandom, OS:1032; 1306 Buval, OS:1335; 1354 Lobás, LO:3; 1347 Betanços, SB:28; 1352 Santiago, SB:32; 1483 Ribadávia, RV:25; etc.]. Também na forma verbal *aprofeitades* [1271 Guarda, HG:94].

CORRESPONDÊNCIA DAS ABREVIATURAS

AR = J. Leite de Vasconcellos, *Textos arcaicos*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1970 (5.^a ed.).

CD1, 2, 3, 4 = *Colección de documentos históricos*, BRAG, t. I, 1915; t. II, 1931; t. III, 1969; t. IV, 1970.

DA = M. Spomer, «Documentos antiguos de Galicia», in *Anuari de l'Oficina Romanica de Lingüística i Literatura*, VII, 1934, pp. 113-192

DE = X. Ferro Couselo, *A vida e a fala dos devanceiros*, t. I, Terras de Ourense, 1 vol., Fundación Penzol, Seminario de Estudios Históricos, Galaxia, Vigo, 1967.

DG = A. Martínez de Salazar, *Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI*, Imprenta Casa de la Misericordia, Coruña, 1911.

GH = *Colección diplomática de Galicia Histórica*, I, Tipografía Galaica, Santiago de Compostela, 1901.

HG = C. de Azevedo Maia, *História do galego-português*, INIC, Coimbra, 1986.

LO = E. Duro Peña, «El monasterio de San Pedro de Lobanes», *Compostellanum*, XIII (1968), núm. 2, pp. 287-335.

OS = Romaní Martínez, M., *Colección diplomática do mosteiro cisterciense de Sta. María de Oseira (Ourense) 1025-1310*, Tórculo, Compostela, 3 vols., 1989 (I e II vols) e 1993 (III vol).

PM = GODINHO, H., *Prosa medieval portuguesa*, Comunicação, Lisboa, 1986.

RA = M. Lucas Álvarez e P. P. Lucas Domínguez, *San Pedro de Ramirás. Un monasterio femenino en la Edad Media*, Caixa Galicia, Santiago, 1988.

RO = E. Duro Peña, *El monasterio de San Pedro de Rocas y su colección documental*, Instituto de Estudios Orensanos «Padre Feijoo», Ourense, 1972.

RS = E. Duro Peña, *El monasterio de San Esteban de Ribas de Sil*, Instituto de Estudios Orensanos «Padre Feijoo», Ourense, 1977.

RV = M. C. Enríquez Paradela, *Colección diplomática del monasterio y convento de Santo Domingo de Ribadavia*, *Boletín Auriense*, Anexo 8, Museo Arqueológico Provincial, Ourense, 1987.

SB = C. Rodríguez Núñez, «Santa María de Belvís, un convento mendicante femenino en la Baja Edad Media (1305-1400)», *Separata de Estudios Mindonienses*, núm. 5 (Ferrol, 1990).

ST = E. Duro Peña, «El monasterio de San Salvador de Sobrado de Trives», in *Archivos Leoneses*, XXI (1967): 1-175.

VL = M. del P. Graña Cid, *Las órdenes mendicantes en el obispado de Mondoñedo. El convento de San Martín de Villaoriente (1374-1500)*, sep. de Estudios Mindonienses, Colección diplomática, Salamanca, 1990.

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, A. [1969], *De la pronunciación medieval a la moderna en español*. Ultimado y dispuesto para la imprenta por _____. Gredos, Madrid, 2 vols. (1967-1969).
- ALONSO, D. [1958], «Metafonía y neutro de materia en España», *Zeitschrift für Romanische Philologie*, 74:1-24.
- [1962¹], «Metafonía, neutro de materia y colonización suditaliana en la Península Hispánica», in *La fragmentación fonética peninsular*. Suplemento ao t. I da *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, Madrid (C.S.I.C), pp. 105-154.
- [1962²], «B=V en la Península Ibérica», in *La fragmentación fonética peninsular*. Suplemento ao t. I da *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, Madrid (C.S.I.C), pp. 155-209.
- ALVAR, M., [1953] «Estudios sobre el dialecto aragonés en la Edad Media. 1. Grafías navarro-aragonesas», em *Revista del Instituto de Estudios Pirenaicos*, año IX, 27:55-88.
- CARVALHO, J. B. de [1988], «Nasalité et structure syllabique en portugais et en galicien: approche non linéaire et panchronique d'un problème phonologique», in *Verba* 15:237-263.
- CASTRO, I. de, [1991], *Curso de história da língua portuguesa*, Universidade Aberta, Lisboa.
- CINTRA, L. F. Lindley [1959], *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*, Publicações do Centro de Estudos Filológicos, Lisboa.
- [1963] «Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et Bibliographie». «Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIII^e siècle», in *Revue de Linguistique Romane*, 27:40-58, 59-77.
- [1986], «Sobre o mais antigo texto não-literário português: A Notícia de Torto (leitura crítica, data, lugar de redacção e comentário linguístico)», in *Boletim de Filologia*, t. XXXI:21-77 (1986-1987), 1990.
- COMMISSION INTERNATIONALE DE DIPLOMATIQUE [1984], «Normes Internationales pour l'Édition des Documents Médiévaux», *Folia Caesaraugustana*, 1:15-64.
- COSTA, A. J. da [1979], «Os mais antigos documentos escritos em português (Revisão de um problema histórico-linguístico)», em *Revista Portuguesa de História*, XVII (= *Homenagem ao Doutor Torquato de Sousa Soares*): 263-341. Reedição («muito melhorada») em *Estudos de cronologia. Diplomática, paleografia e histórico-linguísticos*, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, Porto, 1992.
- CUNHA, C. [1984], «Problemas da editoriação de textos galego-portugueses da Idade Média», in *Actas do I Congresso Internacional da língua galego-portuguesa na Galiza. Ourense, 20-24 Setembro 1984*, Corunha, 1986, pp.616-645.
- DUARTE, L. F. [1984], «Uma "scripta" em construção (A constituição de uma norma escrita do galego-português no século XIII)», in *Actas do I Congresso Internacional da língua galego-portuguesa na Galiza. Ourense, 20-24 Setembro 1984*, Agal, Corunha, 1986, pp. 663-674.
- FERREIRA, J. de A. [1987], *Afonso X-Foro real*, INIC, Lisboa, 2 vols.
- FILGUEIRA VALVERDE, X. [1980], «O galego escrito, entre o latín e o castelán, no me-

- dioevo», in *Tradición, actualidade e futuro do galego. Actas do Coloquio de Tréveris, 13 a 15 de novembro de 1980*, Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, 1982, pp. 127-130.
- GODINHO, H. [1986], *Prosa medieval portuguesa*, Comunicação, Lisboa.
- LLEAL, C. [1990], *La formación de las lenguas romances peninsulares*, Barcanova, Barcelona.
- LÓPEZ, Fr. A. [1916], *Estudios crítico-históricos de Galicia*, El Eco Franciscano, Santiago.
- LORENZO, R. [1977], *La traducción gallega de la Crónica general y de la Crónica de Castilla*. Vol. II, Glosario, Instituto de Estudios Orensanos «Padre Feijoo», Ourense.
- [1985], *Crónica Troiana*, Fundación Barrié de la Maza, Coruña.
- [1986], «Ecdótica e lingüística», in *Actes du XV^e Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes. Université de Trèves (Trier) 1986*, Max Niemeyer Verlag, Tübingen, 1988, t. 6: 10-17.
- [1986], «Normas para a edición de textos medievais galegos», in *Actes du XV^e Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes. Université de Trèves (Trier) 1986*, Max Niemeyer Verlag, Tübingen, 1988, t. 6: 76-85.
- [1987], «Algunhas consideracións sobre a *História do Galego-Português* de Clarinda de Azevedo Maia», in *Verba*, 14:441-488.
- [1988], «Consideracións sobre as vocais nasais e o ditongo -ão en português», in *Homenagem a Joseph Piel*, Max Niemeyer, Tübingen, pp. 289-325.
- LUCAS ÁLVAREZ, M. [1991], «Paleografía gallega. Estado de la cuestión», *Anuario de Estudios Medievales*, 21:419-470.
- MAIA, C. de Azevedo [1986], *História do Galego-Português. Estado lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)*, INIC, Coimbra.
- [1992], «A situación lingüística da Galiza do século XIII ao século XVI», in *Actas do I Congreso internacional da cultura galega*, Xunta de Galicia, 1992, pp. 361-370.
- MARTINS, A. M. [1985], *Elementos para um comentário lingüístico do Testamento de D. Afonso II*. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Lisboa: Faculdade de Letras.
- MEIER, H. [1978], «Sobre la historicidad del lenguaje», in *Actas del Coloquio hispano-alemán Ramón Menéndez Pidal (Madrid, 31 de Marzo a 2 de Abril de 1978)*, Max Niemeyer Verlag, Tübingen, 1982.
- MENÉNDEZ PIDAL, R. [1964], *El idioma español en sus primeros tiempos*. Espasa Calpe, Madrid (6.^a ed.).
- [1968], *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. Espasa Calpe, Madrid, 6.^a ed.
- MONTEAGUDO ROMERO, H. [1994], «Aspectos sociolingüísticos do uso do galego, castelán e o latín na Galicia tardomedieval (ss. XIII-XV)», *Estudios galegos en homenaxe ó profesor Giuseppe Tavani*, Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, pp. 169-185.
- MONTERO SANTALHA, J. M. [1993], «História das grafías lh, nh e -m na Galiza», comunicación a presentada ao *IV Congreso Internacional da Língua Galego-portuguesa na Galiza*, Vigo, 28-31 outubro, 1993.
- NARO, A. J. [1973], «A história do e e do o em português. Um estudo de deriva lingüística» *Estudios diacrónicos*, Vozes, Petrópolis, pp. 9-51.

- PENSADO TOMÉ, J. L. [1962], *Fragmento de un «Livro de Tristan» galaico-portugués*. Edición y estudio por _____. Anejo XIV de *Cuadernos de Estudios Gallegos*.
- ROUDIL, J. [1978], «Édition de texte, analyse textuelle et ponctuation», in *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 3:269-299.
- [1981], *Phrases, textes et ponctuation dans les manuscrits espagnols du Moyen-Âge et dans les éditions de texte. Colloque organisé par le Séminaire d'Études Médiévales Hispaniques (Paris, 2-21 novembre 1981)*, Klincksieck, Paris.
- SANTOS, M. J. de M. [1962], «Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes», *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XII, t. II, pp. 509-562 e vol. XIII, t. I e II, pp. 65-261.
- SILVA, R. Mattos e [1991], *O português arcaico: fonologia*, Contexto/Editora da Universidade Federal da Bahia, São Paulo.
- SOUTO CABO, J. A. [1988], «Unidade e variedade da língua galego-portuguesa na Idade Média», *Agália*, 13: 57-77.
- [1992], «Caracterização dialectal da Galiza na Idade Média», in *Actes do XXe Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes, Université de Zurich (6-11 avril 1992)*, publiés par Gerold Hilty in collaboration ..., A. Francke Verlag, Tübingen/Basel, 1993, t. II, pp. 531-545.
- TEYSSIER, P. [1982], *História da língua portuguesa*, Sá da Costa, Lisboa.
- VÁRVARO, A. [1968], *Historia, problemas y métodos de la lingüística románica*, tradução de Anna Maria Mussons, Sirmio, Barcelona, 1988.
- VEIGA ARIAS, A. [1986], «Patronímicos en -z y otros estudios de onomástica gallega», *Verba*, 16: 5-36.
- WRIGHT, R. [1991], *Late latin and the romance languages in the early middle ages*, Routledge, London-New York.